

-----**ACTA N.º 8/2010**-----

-----Aos 07 dias do mês de Abril de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento do pedido de justificação de falta dada à reunião do dia 17/03/2010, pelo Senhor Vereador Júlio Santos, em virtude de o mesmo ter estado presente no Tribunal de Celorico da Beira, na qualidade de Advogado, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada.-----

-----A reunião foi secretariada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, Assistente Técnica.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** solicitou ao Senhor Presidente da Câmara um balanço dos primeiros seis meses de mandato deste executivo, bem como, um balanço da Feira do Queijo.-----

-----De seguida, pretendeu saber que tipo de contrato é que a autarquia tem com a Jurista, uma vez que tinha conhecimento de que o contrato de avença que a autarquia possuía com a Jurista havia terminado, mas de facto, o que constata é que a mesma ainda se encontra na autarquia. -----

-----Referiu que havia solicitado vários documentos e certidões ao longo destas reuniões de Câmara e que ainda não lhe foram entregues. Pretendeu também saber porque razão ainda não foi dada resposta ao seu requerimento, enviado para a autarquia relativamente à Empresa Gualdim Anciães Amado & Filhos Lda. -----

-----Pretendeu também saber se estava prevista alguma obra para o Parque Industrial de Vila Boa do Mondego, uma vez que, verificou que havia uma máquina nesse mesmo local. -----

-----Por fim, referiu que gostaria de consultar o processo referente à edificação junto à A25 na Ratoeira. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que irá dar conhecimento numa próxima reunião de Câmara do balanço da Feira do Queijo, assim como, da relação jurídica que a autarquia possui com a Jurista. -----

-----Relativamente ao Parque Industrial de Vila Boa do Mondego, disse que nesse local irá ser realizada uma prova de *autocross*, daí se encontrar no local a referida máquina.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** lembrou que até ao momento, ainda não foi dada qualquer resposta ao requerimento por si apresentado, à data de 23/02/2010, bem como, quais os critérios de pagamento a fornecedores definidos na EMCEL. -----

-----Disse ainda, que gostaria de consultar os Planos dos Projectos dos Parques Industriais. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente aos Planos dos Projectos dos Parques Industriais disse que as respectivas candidaturas foram enviadas para a Comurbeiras, e que o Senhor Vereador poderia consultar os mesmos na Secção de Obras. -----

----- **ASSUNTOS NÃO AGENDADOS** -----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

----- **ADITAMENTO FURTO VALORES MONETÁRIOS;** -----

----- **EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO 2010 – ACEITAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17/03/2010** -----

-----Foi presente a acta número 7, da reunião ordinária do Executivo de 17/03/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** relativamente à aprovação da acta referiu que devido às alterações e ao facto de considerar que a mesma não reproduz o que de facto se passou na reunião, propôs que fosse aprovada na próxima reunião. -----

-----**A Câmara deliberou retirar a acta n.º 7 da ordem de trabalhos, devendo a mesma ser presente à próxima reunião para aprovação.** -----

-----**II - TRANSPORTES ESCOLARES - PREVISÃO PARA O ANO LECTIVO 2010/2011**-----

-----De acordo com o estabelecido no n.º 3, do art. 4.º, do Decreto-Lei n.º 299/84, o Plano de Transportes Escolares tem de ser aprovado pela Câmara Municipal até ao dia 15 de Abril, de cada ano ficando a fazer parte integrante desta acta em anexo (**anexo I**).-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que este modelo de transportes deveria ser repensado, pelo facto de as crianças se levantarem muito cedo, para apanhar o autocarro e chegarem a casa muito tarde, sugerindo que fosse feita uma parceria com Associações para efectuar o referido transporte. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que as Associações não podem assegurar estes transportes devido ao elevado número de alunos e também porque as Associações não dispõem de veículos adequados para esse efeito. Disse que este tipo de transporte é assegurado por empresas devidamente credenciadas e fiscalizadas. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o montante que a autarquia despende com empresas de transporte, poderia ser gasto num Protocolo com as Associações do concelho para assegurar o transporte dos alunos. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que usar as carrinhas das Associações implicaria inúmeras alterações, uma vez que não estão vocacionadas para efectuar este tipo de transporte. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Plano de Transportes Escolares.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovado em minuta.* -----

-----**III - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: FURTO VALORES MONETÁRIOS**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete Jurídico, datada de 24/03/2010, informando que em consequência do assalto ocorrido na Câmara Municipal, foram furtados diversos bens, cuja relação se anexa a esta acta (**anexo II**).-----

-----Atendendo aos valores monetários furtados no montante total de 8.078,76€ e a sua actual inexistência, deverá ser deliberado, autorizar a Secção de Contabilidade a proceder ao acerto das contas, bem como, autorizar a reposição dos fundos de maneo então existentes.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber relativamente ao ponto 1 da respectiva informação, qual o local de onde foram furtados os documentos pessoais diversos, certificado de habilitações, Curriculum Vitae e documentação relacionada com o procedimento concursal, respectiva a um funcionário, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que havia sido de Gabinete de Apoio à Câmara Municipal. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar que a Secção de Contabilidade proceda ao acerto das contas, bem como, autorizar a reposição dos fundos de maneo então existentes.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A JUNTA DE FREGUESIA DA VELOSA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, referindo que no âmbito da reforma da Reorganização da Rede Escolar, levada a efeito pelo

Ministério da Educação, ficaram devolutos, alguns Edifícios onde funcionaram Escolas Primárias.-----

-----Considerando que, a Junta de Freguesia da Velosa solicitou, oportunamente a cedência do edifício escolar da freguesia, sito na mesma aldeia;-----

-----Considerando que, tais instalações se destinam a fins de utilidade pública; -----

-----Considerando que, no intuito de se salvaguardar os interesses das partes, envolvidas, tem-se adoptado a celebração de “Contratos de Comodato”, cuja matriz se anexa à presente proposta, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias; --

-----Considerando que no âmbito das atribuições e competências previstas respectivamente na Lei 159/99 e 169/99, e ulteriores alterações, não se vislumbra qualquer inconveniente na satisfação do pedido formulado pela Junta de Freguesia da Velosa. -----

-----Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sugere-se ao Executivo Camarário a seguinte proposta:-----

-----1 - Aprovação da minuta do “Contrato de Comodato” a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia da Velosa;-----

-----2 – Para o efeito, que seja legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira para, em nome da Autarquia, proceder a outorga do referido documento. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Junta de Freguesia da Velosa, referente à cedência das instalações da antiga escola primária da Velosa.** -----

-----**Mais deliberou legitimar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em nome da Autarquia, para proceder à outorga do referido documento.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----“Voto contra porquanto considero: -----

-----1.º - A Junta de Freguesia tem instalações próprias que foram financiadas pelo Estado; -----

-----2.º - A Associação tem instalações próprias (salão, r/chão e 1.º andar); -----

-----3.º - A Freguesia da Velosa tem carência de um espaço de apoio aos espaços verdes e desportivos recentemente concluídos. -----

-----Considero portanto que este edifício devia ser recuperado pela Câmara e entregue à Câmara Municipal para gestão na área de Turismo em parceria com uma Associação da localidade.” -----

-----**IV - MUNICÍPIO DE SEIA - ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO SOBRE AS ACESSIBILIDADES IC6, IC7 E IC37** - -----

-----Foi presente ofício n.º 1876, datado de 02/03/2010, proveniente do Município de Seia – Assembleia Municipal, enviando Moção conjunta dos Grupos Municipais do Partido Socialista, da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e do Partido Comunista Português, aprovada por unanimidade, na reunião ordinária da Assembleia Municipal do passado dia 26 de Fevereiro. -----

-----A referida Moção tem como fundamento repudiar a decisão do Governo em suspender a execução dos traçados IC6, IC7 e IC37, exigindo, por direito próprio e por dever de justiça, que os mesmos traçados sejam executados e, de imediato, integrados nas opções do Governo. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a decisão de suspender a execução dos traçados do IC6, IC7 e IC37 parece-lhe despropositada, até porque estes traçados fazem parte de um Plano Rodoviário Nacional, que foi “bandeira” dos Municípios e cujos autarcas lutaram pela sua

concretização. No caso de Celorico da Beira foi elaborado um PU, para contemplar esta situação, cujo traçado iria servir um Parque Industrial. -----

----- Propôs que fosse dado conhecimento aos Grupos Municipais do Partido Socialista, da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e do Partido Comunista Português de Seia, do desagrado do Município de Celorico da Beira, relativamente à alteração do traçado do IC7. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**V - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E OS INDUSTRIAIS DOS TÁXIS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente uma Proposta de Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e os Industriais dos Táxis do Concelho de Celorico da Beira, que se anexa a esta acta (**anexo III**), com o intuito de proceder à divulgação de acções/eventos a realizar pelo Município de Celorico da Beira, e/ou em parceria com outras entidades públicas e/ou privadas, nas áreas turísticas, cultural, social, recreativa desportiva e Patrimonial. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo entre a Câmara Municipal e os Industriais dos Táxis do Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O ISPA - INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA**-----

-----Foi presente uma Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal e o ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada) que se anexa a esta acta (**anexo IV**), visando prosseguir acções

de cooperação institucional nas vertentes de formação, investigação e intervenção social e cultural. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que era salutar que este Protocolo fosse concretizado. Pretendeu saber, se em termos físicos já têm algum local, para a realização das aulas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o Senhor Reitor e o Corpo Docente estiveram já em Celorico da Beira para visitar alguns dos possíveis locais e instalações, mas até à data ainda não há nenhum local definido. -----

-----Na opinião do Senhor **Vereador Júlio Santos** este Protocolo não é coerente, do princípio ao fim, tratando-se apenas de formação e não de Ensino Superior.-----

-----Questionou porque é que este Executivo não deixa que a Escola Profissional e Tecnológica avance, uma vez que têm uma instituição vocacionada para esse fim, que é a Fundação. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar o protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal e o ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada).**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: ---

-----“Voto contra esta proposta de Protocolo, porquanto considero que o mesmo não passa de uma manifestação de vontade por parte do actual executivo maioritário, para mostrar serviço. -----

-----Efectivamente, porque muito tem prometido e nada tem feito em prol da educação neste concelho, vem agora apresentar uma proposta de um

Mestrado Executivo em Reabilitação e Inserção Social, conforme documento anexo ao protocolo.-----

-----Ora, da leitura do protocolo não resulta qualquer tipo de ensino que possa ser homologado pelo Ministério da Educação pelo que e assim sendo, considero este protocolo pífio.-----

-----Acresce que esta Câmara tem um compromisso para a criação de uma Escola Profissional e o actual executivo de maioria socialista tudo tem feito, para a inviabilizar. -----

-----Apesar de tudo, caso do Protocolo resulte algo de útil para o Concelho, darei os meus parabéns aos seus mentores.” -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que este Protocolo é no sentido de terem algo que foi destruído por executivos anteriores, porque se de facto existia uma Escola Profissional, o porquê desta ter sido encerrada. -----

-----Disse que noutros tempos, a Câmara Municipal foi a instituição que permitiu condições para que este tipo de ensino fosse criado em Celorico da Beira. Se este executivo de maioria socialista, nada fizesse, era acusado disso, se têm iniciativa para fazer algo, são acusados de estar a mostrar serviço. -----

-----É lamentável que falem em formação, ao invés de Ensino Superior, e que não tenham em consideração que este Protocolo servirá para trazer pessoas para o Concelho. -----

-----Disse que a Fundação não existe e como tal não se podem realizar protocolos com Associações “fantasmas”. O edifício sempre pertenceu à Câmara Municipal e não poderia servir para a frequência destes cursos.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** requereu certidão da sua declaração de voto de vencido. -----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA HSEV - HIDROELÉCTRICA SEVERENSE, LDA.**-----

-----Foi presente uma Proposta de Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e a Empresa HSEV – Hidroeléctrica Severense, Lda. que se anexa a esta acta (**anexo V**), visando o aproveitamento de interesses múltiplos no que concerne ao projecto para produção de energia hidroeléctrica e em simultâneo captação e distribuição de água.-----

-----Estiveram presentes nesta reunião, os representantes da Empresa HSEV – Hidroeléctrica Severense, Lda. para prestar esclarecimentos que possam ser solicitados pelos Senhores Vereadores relativamente ao Protocolo em epígrafe.-----

-----O representante da HSEV esclareceu que esta empresa é participada do Grupo A. Silva Matos, que está fortemente implantado na actividade da indústria metalomecânica, com grande capacidade de exportação e criação de emprego directo e indirecto, dispondo de acordos sólidos com importantes empresas nacionais e internacionais no sector das energias renováveis.-----

-----Disse que os estudos a serem efectuados pela HSEV irão permitir avaliar a potencialidade do aproveitamento nos seguintes aspectos: viabilidade técnica do local, garantia de abastecimento de água à população de acordo com dados fornecidos pelo Município, viabilidade técnica para implementação de todos os equipamentos anexos ao projecto, integração do projecto nos Instrumentos de Gestão do Território e viabilidade económica.-----

-----Disse que o ponto central deste projecto é poder suprimir uma necessidade que o Município de Celorico da Beira possui em termos de abastecimento de água e permitir que tenha uma reserva própria.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu saber qual o local exacto para a implementação deste projecto e qual o valor de investimento previsto. -----

-----Como Jurista considera que a cláusula nona, no que se refere à confidencialidade não pode figurar neste protocolo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que na sua opinião, era de todo conveniente alterar o texto no que se refere às cláusulas 2.^a (Moldes Colaboração), 9.^a (Confidencialidade) e 11.^a (Transmissão da posição contratual).-----

-----O representante da HSEV referiu que não haverá qualquer inconveniente na alteração das cláusulas referidas anteriormente. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que como o abastecimento em alta é feito pelas Águas do Zêzere e Côa, pretendeu saber de que forma este aproveitamento de água pode ser feito, com o abastecimento em alta que a autarquia já possui. -----

-----Pretendeu também saber se a HSEV foi a única empresa que mostrou interesse por este projecto. Considera que o Município não tem capacidade financeira e como tal é perfeitamente normal que faça parcerias.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que esta foi a única empresa que mostrou interesse em realizar uma parceria com a Câmara Municipal. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse não ter conhecimento do conteúdo do contrato com as Águas do Zêzere e Côa, contudo considera existir um risco. Na sua opinião, as Águas do Zêzere e Côa deveriam ser responsabilizadas na procura de soluções, uma vez que

esta é a responsável pelo abastecimento contínuo de água do concelho, sendo que, neste Protocolo deveria existir uma cláusula que responsabilizasse também as Águas do Zêzere e Côa.-----

-----Referiu ainda, que na sua opinião existe um risco de implementação deste projecto, logo, deveria ser negociada a entrada de outras entidades neste Protocolo. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar o protocolo entre a Câmara Municipal e a Empresa HSEV – Hidroelétrica Severense, Lda., condicionado à alteração das cláusulas 2.ª, 9.ª e 11.ª.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos:** ---

-----“Com a aprovação do presente Protocolo, a Câmara Municipal hipotecou para sempre o desenvolvimento deste concelho. Com efeito, ao entregar o bem mais valioso do concelho (a água) a uma entidade privada, nunca mais Celorico terá possibilidade de proceder à sua gestão e ao usufruto dos seus rendimentos no futuro. -----

-----Os fundos comunitários estão à disposição da Câmara até 2013, por isso, o que a Câmara tem que fazer é aproveitá-los e a melhor forma de os aproveitar em termos de investimento futuro era a execução deste projecto, por si mesmo em parceria com a empresa municipal, garantindo assim 100% do valor desse bem cada vez mais precioso. -----

-----Foi-nos dito que o valor da Mini-hídrica em termos de investimento era na ordem dos 4 milhões de euros e a empresa denominada sociedade a constituir para gestão do investimento era de 49%, o que equivale a cerca de 2 milhões de euros. -----

-----Ora por cálculos feitos por peritos o valor do investimento paga-se em 8 anos, pelo que a partir dessa data a Câmara está a prescindir de 51% dos lucros do banco em referência.”-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por agradecer a presença dos representantes da empresa HSEV e dizer que executivos anteriores apresentavam projectos megalómanos, sendo que, a primeira penhora desta autarquia foi referente a um desses projectos.-----

-----Pedi também desculpa pelo que se passou nesta reunião, até porque, as reuniões são para debater assuntos sérios e não para fazer política, de como têm sido acusados. -----

-----Enquanto membro do executivo disse que a política faz-se de várias formas, através de votos contra, a favor ou abstenções, mas quando de facto, apenas votam contra, apenas demonstra que não se preocupam com o concelho. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o Grupo A. Silva Matos é uma empresa de prestígio. Congratula-se com este projecto, sendo uma forma de aproveitamento de recursos do concelho.-----

-----Relativamente às cláusulas 2.^a, 9.^a e 11.^a, também é de opinião que as mesmas sejam revistas. Alertou para o facto de na cláusula 7.^a (Vigência do Acordo), a duração ser de um ano, e como tal funciona como uma força para que as entidades se empenhem. -----

-----Por fim, disse que o derrotado é aquele que não conseguiu realizar projectos, para o bem do concelho e da região. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** agradeceu a presença dos representantes da empresa HSEV, que estiveram presentes nesta reunião para fazer uma explanação relativamente a este projecto. -----

-----Referiu que o Senhor Vereador Victor Santos analisou este protocolo de uma forma ponderada, pensando em prol do desenvolvimento do concelho. -----

-----Disse que vários municípios que integram as Águas do Zêzere e Côa querem desvincular-se do processo e não conseguem, recorrendo até para os Tribunais.-----

-----**VI - OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ**-----

-----**Requerente: Jaime Rodrigues Bento**-----

-----Foi presente o requerimento n.º 194, datado de 08/03/2010, em nome de Jaime Rodrigues Bento, acompanhado de parecer Técnico da Secção de Obras Particulares, pretendendo o requerente ao abrigo da legislação em vigor, a emissão de alvará de autorização de utilização para a execução da obra, a que respeita o processo n.º 4/2010.-----

-----A informação técnica alerta para o facto de não ser possível satisfazer a pretensão do requerente, dado que já foi emitida uma licença de utilização em 24/09/1987.-----

-----**De acordo com a informação técnica, a Câmara tomou conhecimento do indeferimento.**-----

-----**VII - ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

-----**ASSUNTO: INTEMPÉRIES NA MADEIRA. APOIO AO MUNICÍPIO DO FUNCHAL**-----

-----Foi presente circular com a referência 43/2010-PBRAGA, datada de 25/03/2010, proveniente da ANMP, referindo que as chuvas diluvianas que afectaram a cidade do Funchal no passado dia 20 de Fevereiro de 2010 provocaram gravíssimos problemas ao nível hidráulico e, consequentemente, múltiplos deslizamentos de terras.-----

-----Em consequência daquele acidente natural no Município do Funchal, 881 imóveis foram afectados pelas condições meteorológicas adversas, sendo necessário proceder-se à reconstrução de 579 casas, pelo que,

solicitam uma ajuda financeira, ficando o montante ao critério da Câmara Municipal ou através do envio de materiais. -----

-----A Câmara, devido a dificuldades financeiras vê-se na impossibilidade de conceder o apoio pretendido.-----

-----**VIII – SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: NORMAS DE FUNCIONAMENTO E REGISTO DE CONTROLO BIOMÉTRICO DO DEVER DE ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Recursos Humanos, datada de 29/03/2010, remetendo as Normas de Funcionamento e Registo de Controlo Biométrico do Dever de Assiduidade e Pontualidade, que se anexa à presente acta (**anexo VI**).-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**IX - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: MATERIAL PARA AS EB1.º E JARDINS DE INFÂNCIA DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 31/03/2010, referindo que no dia 09/09/2009, realizou-se no Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, uma reunião entre os responsáveis do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância do concelho de Celorico da Beira – Prof. Manuel Portugal, Prof. Luís Tavares, Prof.ª Fátima Pina e Educadora Inês Cavaleiro, estando a Autarquia representada pelo Sr. Vice-Presidente Dr. José Luís Saúde Cabral e pela Técnica Superior de Serviço Social, Celita Cardoso.-----

-----Tendo sido solicitado nesta reunião, pelo agrupamento, material de desgaste para os alunos das EB1 e Jardim de Infância, são a propor a

atribuição de um donativo para aquisição do material na lista em anexo (anexo VII).-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um donativo para aquisição de material de desgaste para as EB1 e Jardins de Infância do Concelho, no montante de 1.455,00€ e 485,00€, respectivamente, de modo a garantir o bom funcionamento das actividades lectivas, conforme lista em anexo à informação técnica. ----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----X - SECÇÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO-----

-----ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE ACESSO A PROPRIEDADE PRIVADA -----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 174/2010, datada de 30/03/2010, referindo que analisada a exposição do requerente na qual pretende que seja “autorizada a abertura do caminho de acesso directo às suas propriedades”, bem como, “seja autorizada a retirada de parte do separador existente do lado Nascente, na referida estrada que liga Galisteu a Salgueirais, para a possível entrada no referido acesso, comprometendo-se a cumprir todas as normas inerentes ao escoamento de águas pluviais na zona do caminho”, informam que após deslocação ao local, verifica-se a existência de guardas metálicas de protecção a um talude. -----

-----Mais informa que dado o local ser uma recta na Estrada Galisteu-Salgueirais, o que facilitando uma boa visibilidade para quem circula em ambos os sentidos, a possível abertura de um acesso à propriedade e a retirada das guardas metálicas, garante desde que executado em determinadas condições a segurança necessária à circulação viária naquele troço.-----

-----Assim, caso seja autorizada a abertura solicitada tal como é apresentada em desenho, deverá o requerente retirar parte da guarda metálica da via (devendo entregar as mesmas nesta Câmara Municipal),

numa extensão aproximada de 12 metros, de forma a permitir a execução do acesso, devendo colocar em cada um dos lados das guardas metálicas extremidades de montante de mergulho ao solo e ser assegurada junto ao acesso à propriedade e ao nível da plataforma da Estrada Municipal, a cedência de uma área de segurança com a dimensão mínima de 5m. -----

-----Tal como proposto pelo requerente, deverá o mesmo assegurar o escoamento de águas pluviais na base do talude na zona de acesso à propriedade, mantendo o diâmetro de 40cm do aqueduto existente. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de um caminho de acesso directo à propriedade privada do Senhor Maximiano Cavalheiro, localizada na Estrada Municipal 553 (Galisteu-Salgueirais), bem como, autorizar a retirada de parte do separador existente do lado Nascente, na referida estrada que liga Galisteu a Salgueirais, devendo o requerente cumprir todas as normas inerentes ao escoamento de águas pluviais na zona do caminho.** -----

-----**Mais foi deliberado que o requerente deverá retirar parte da guarda metálica da via (devendo entregar as mesmas nesta Câmara Municipal), numa extensão aproximada de 12 metros, de forma a permitir a execução do acesso, devendo colocar em cada um dos lados das guardas metálicas extremidades de montante de mergulho ao solo e ser assegurada junto ao acesso à propriedade e ao nível da plataforma da Estrada Municipal, a cedência de uma área de segurança com a dimensão mínima de 5m.**-----

-----**Foi ainda deliberado que o requerente deverá assegurar o escoamento de águas pluviais na base do talude na zona do acesso à propriedade, mantendo o diâmetro de 40cm do aqueduto existente.**-----

-----**XI - COMUNIDADE DE TRABALHO - BEIRA INTERIOR NORTE – SALAMANCA** -----

-----**ASSUNTO: CONVÉNIO E ESTATUTOS DO AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DA BEIRA INTERIOR E A DIPUTACIÓN PROVINCIAL DE SALAMANCA**-----

-----Foi presente para apreciação o Convénio e Estatutos do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial entre os Municípios da Beira Interior Norte e a Diputación Provincial de Salamanca, que se anexam a esta acta (**anexo VIII**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** felicitou os técnicos, em especial a Engenheira Cristina Martins, pelo trabalho realizado, relativamente ao Convénio e Estatutos do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial entre os Municípios da Beira Interior Norte e a Diputación de Salamanca. ---

-----**A Câmara deliberou aprovar o Convénio e os Estatutos do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Beira Interior Norte – Província de Salamanca (BIN - SAL, AECT).**-----

-----**Mais deliberou submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o pedido de autorização para o Município, nos termos da Lei, integrar o BIN – SAL, AECT e fixar as condições gerais dessa participação com a aprovação do Convénio e Estatutos apresentados.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **ADITAMENTO FURTO VALORES MONETÁRIOS**-----

----- Foi presente informação interna do Gabinete Jurídico, datada de 06/04/2010, informando que por lapso, não foi incluído na lista apresentada, na informação com o registo de entrada n.º 1088, o furto de um portátil e um telemóvel, propriedade do Dr. António Silva.-----

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- **EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO 2010 – ACEITAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi presente contrato de abertura de crédito a curto prazo a conceder pelo Banco Santander Totta, no montante de 606.000€, para aprovação das cláusulas contratuais, que fica apenso a esta acta (**anexo IX**).-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar as cláusulas contratuais referentes ao contrato de abertura de crédito a curto prazo a conceder pelo Banco Santander Totta, no montante de 606.000€ (seiscentos e seis mil euros).**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:**-----

-----“Voto contra em consequência do voto contra anterior, em relação à contracção do empréstimo. Não percebo como é que a Câmara vai agora pedir um empréstimo de mais de 600 mil euros, tendo que o pagar até ao final do ano.-----

-----Como é que a Câmara pensa pagá-lo, com recurso a outro empréstimo?-----

-----Note-se que se a gestão da Câmara fosse boa não necessitaria de pedir tanto dinheiro para pagar ordenados, e poderia por outro lado contrair este empréstimo, por exemplo, para financiar a construção da hídrica, que tão contentemente acabaram nesta mesma reunião de atribuir a um privado.”-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 13:15h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta,

que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a secretariei. -----
